



Arenal Participações S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 252JM-002-PB





Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Rua Juiz de Fora, 1.406 - 6º andar
Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG)
Brasil
T +55 31 3289-6000
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Arenal Participações S.A.
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Arenal Participações S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Arenal Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho, de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outro auditor independente, que emitiu relatório sem modificação datado em 29 de fevereiro de 2024.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC MG-008.957/F-8

Daniel Menezes Vieira

Daniel Menezes Vieira
Contador CRC 1MG-078.081/O-1

Arenal Participações S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	597	755
Impostos a recuperar	-	27	63
Total do ativo circulante		624	818
Ativo não circulante			
Partes relacionadas	9	4.220	-
Investimentos	5	57.665	62.665
Total do ativo não circulante		61.885	62.665
Total do ativo		62.509	63.483

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Arenal Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante			
Fornecedores	6	12	30
Empréstimos e financiamentos	7	3.552	8.885
Obrigações tributárias	8	-	7
Partes relacionadas	9	1.260	450
Total do passivo circulante		4.824	9.372
Passivo não circulante			
Tributos diferidos	11	13.106	13.106
Total do passivo não circulante		13.106	13.106
Patrimônio líquido			
	12		
Capital social	12.1	9.207	1.727
Reserva legal	12.2	267	267
Reserva de capital	-	8.752	8.752
Reserva de lucros	-	26.353	30.259
Total do patrimônio líquido		44.579	41.005
Total do passivo e patrimônio líquido		62.509	63.483

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Arenal Participações S.A.

Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas, comerciais e gerais	13	(472)	(1.066)
Resultado de equivalência patrimonial	5	(2.359)	801
Outras receitas (despesas)	14	(188)	576
Despesas tributárias	-	(2)	(10)
(Prejuízo) lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos		(3.021)	301
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	15	38	214
Despesas financeiras	15	(923)	(1.891)
		(885)	(1.677)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(3.906)	(1.376)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-
Prejuízo do exercício		(3.906)	(1.376)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Arenal Participações S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício	(3.906)	(1.376)
(+/-) Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(3.906)	(1.376)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Arenal Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de capital	Reserva de lucros	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.337	267	8.752	31.635	41.991
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.376)	(1.376)
Integralização de capital	-	390	-	-	-	390
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.727	267	8.752	30.259	41.005
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(3.906)	(3.906)
Aumento de capital	12.1	7.480	-	-	-	7.480
Saldos em 31 de dezembro de 2024		9.207	267	8.752	26.353	44.579

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Arenal Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(3.906)	(1.376)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Resultado com distribuição desproporcional	5	198	(878)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	7	860	1.828
Resultado de equivalência patrimonial	5	2.359	(801)
Acréscimo (decréscimo) em ativos			
Dividendos recebidos	5	2.443	5.480
Impostos a recuperar		36	(34)
Acréscimo (decréscimo) em passivos			
Fornecedores	6	(18)	28
Obrigações tributárias	8	(7)	5
Pagamento de encargos sobre empréstimos e financiamentos	7	(824)	(1.793)
Partes relacionadas	9	810	450
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.951	2.909
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Amortização de empréstimos e financiamentos	7	(5.369)	(5.384)
Partes relacionadas	9	(4.220)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(9.589)	(5.384)
Das atividades de financiamento com acionistas			
Aumento de capital social	12.1	7.480	390
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento com acionistas		7.480	390
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(158)	(2.085)
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	4	755	2.840
No final do exercício	4	597	755
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(158)	(2.085)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Arenal Participações S.A. (“Arenal” ou “Companhia”, sociedade anônima de capital fechado foi constituída em 07 de junho de 2018, com sede no município de Belo Horizonte – MG tem como objeto social a participação em outras empresas, como quotista ou acionista, em empresas empresárias atuantes no setor de energia elétrica.

A Companhia é controlada pela NEC Operações e Participações em Energia Ltda. (“Controladora”), fazendo parte do grupo econômico formado pelas demais empresas controladas.

A Arenal, a partir de 06 de setembro de 2018, passou a ser detentora de 51% das quotas da Costa Rica Energética Ltda. (“Costa Rica”), mediante a sessão de quotas da sócia EDP Energias do Brasil S.A.

A Administração da Companhia aprovou a adesão da PCH Costa Rica, detentora de autorização de geração de energia elétrica à repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei nº 14.052/2020, regulada pela Resolução Normativa Aneel nº 895/2020, e, por consequência desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”); renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas as MRE e não ter repactuado o risco hidrológico.

Com consequência da adesão referida no parágrafo precedente, os geradores têm direito à extensão do prazo de suas respectivas outorgas de geração por até sete anos.

No caso da PCH Costa Rica, o prazo de extensão foi de 1.152 dias. A Costa Rica reconheceu os efeitos contábeis da extensão, após a Resolução Autorizativa da Aneel nº 11.344, em 15 de março de 2022, no valor de R\$ 9.850. Destaca-se que se trata de registro contábil cujos efeitos financeiros passarão a existir a partir do final da outorga vigente em 05 de novembro de 2031.

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal (“going concern”) dos negócios da Companhia, uma vez que a Administração tem expectativa quanto à manutenção de suas atividades e à disponibilização pelo sócio de recursos financeiros necessários para a continuidade de suas operações em futuro razoavelmente projetável.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 28 de fevereiro de 2025.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, associadas às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), cujos procedimentos e princípios se constituem nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1.1. Bases de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Principais política contábeis**a) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial**

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimento controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá à Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista denominados em Reais, com alto índice de liquidez e risco insignificante de mercado.

Os equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros na categoria custo amortizado e estão registrados pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério *pro rata temporis*, que equivalem aos seus valores de mercado, não havendo impacto a ser contabilizado no patrimônio líquido da Companhia.

c) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Para ativos é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: **(a)** reduzindo o valor contábil alocado à unidade geradora de caixa; e **(b)** a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

d) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo circulante, quando puderem ser liquidados no prazo de 12 meses após a data do balanço. Do contrário, são classificados como passivo não circulante.

As despesas com juros e custos da transação são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros e custos da transação são incluídos em despesas financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo custo ou valor justo.

Os custos da transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) e são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f) Ativos financeiros

A classificação de ativos financeiros é baseada na sua forma de gerenciamento e em suas características de fluxos de caixa contratuais, sendo os mesmos classificados nas categorias de Custo Amortizado; Valor Justo por Meio de Resultados Abrangentes (VJORA) ou; Valor Justo por Meio de Resultado (VJR).

Os ativos financeiros da Companhia incluem basicamente o caixa e os equivalentes de caixa considerando o custo amortizado.

g) Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: **(i)** custo amortizado; e **(ii)** mensurado ao valor justo por meio de resultado. Os passivos financeiros da Companhia, estão classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e incluem as contas a pagar a fornecedores e os empréstimos e financiamentos.

h) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Se o prazo de liquidação é equivalente a um ano ou menos, as contas a pagar são classificadas no passivo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no passivo não circulante.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

j) Imposto de renda e contribuição social

A Arenal é optante pela apuração do imposto de renda e da contribuição social com base no regime de lucro real.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando aplicável sua relação com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, quando serão reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

k) Tributos correntes

O cálculo dos tributos sobre a renda está baseado no lucro real tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O imposto sobre a renda é calculado com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício da seguinte forma:

- **Imposto de Renda da Pessoa Jurídica:** à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$240; e
- **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:** à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

l) Tributos diferidos

Os tributos diferidos ativos e passivos quando existentes, são reconhecidos sobre outras diferenças temporárias por diferenças temporárias tributáveis referentes a exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa e diferenças de base referentes a ganho de capital. São calculados às mesmas alíquotas dos tributos correntes, os quais são esperadas no momento de sua realização.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

3. Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2024

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IFRS 16: Passivo de Locação em um sale and leaseback (transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- i) O que se entende por direito de adiar a liquidação;
- ii) Que o direito de adiar deve existir no final do período das demonstrações contábeis;
- iii) Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a Companhia exercer seu direito de adiar; e
- iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da Companhia de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

IAS/IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma Companhia.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3): Demonstrações consolidadas

Em julho de 2024, o *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu o documento "Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11", que incluiu pequenas alterações à IFRS 10 (Demonstrações Consolidadas), que também afeta o CPC 36 (R3) no Brasil. Essas alterações fazem parte do ciclo contínuo de melhorias anuais, com o objetivo de esclarecer ou corrigir questões pontuais nas normas contábeis.

Alterações principais à IFRS 10 no "Volume 11": As alterações em ****IFRS 10**** são pequenas revisões, mas com um impacto relevante na aplicação da norma e na interpretação do controle para fins de consolidação.

i) Esclarecimento sobre a perda de controle: O IASB fez um esclarecimento sobre como as empresas devem tratar a perda de controle de uma subsidiária. A norma agora deixa mais claro o momento exato em que o controle é considerado perdido. Isso é especialmente importante para transações que envolvam venda de subsidiárias ou mudança no controle de uma subsidiária. Uma revisão detalhada dos passos que devem ser seguidos para avaliar se o controle foi realmente perdido, com foco na dados em que o controle deixa de existir.

ii) Avaliação do controle quando há influências externas: A revisão também aborda situações em que o controle de uma participação pode ser afetado por influências externas, como acordos com outras Empresas ou acionistas. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

3.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações alteradas ou emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações à IAS 21/CPC 02: Os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio intitulada falta de conversibilidade

As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. As alterações afirmam que uma moeda é conversível por outra moeda quando a Companhia consegue obter a outra moeda dentro de um período que permite um atraso administrativo normal e através de um mecanismo de mercado ou cambial no qual uma transação de câmbio criaria direitos e obrigações exequíveis.

A Companhia avalia se a moeda é conversível por outra moeda na data de mensuração e para um fim específico. Se a Companhia conseguir obter apenas um valor insignificante da outra moeda na data de mensuração para o fim específico, a moeda não é conversível por outra moeda.

A avaliação sobre se a moeda é conversível por outra moeda depende da capacidade da Companhia de obter a outra moeda e não de sua intenção ou decisão de fazer isso.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quando a moeda não é conversível por outra moeda na data de mensuração, a Companhia deve estimar a taxa de câmbio à vista naquela data. O objetivo da Companhia ao estimar a taxa de câmbio à vista é refletir a taxa na qual uma transação de câmbio organizada ocorreria na data de mensuração entre participantes de mercado em condições econômicas vigentes.

As alterações não especificam como a Companhia estima a taxa de câmbio à vista para atender esse objetivo.

A Companhia pode usar uma taxa de câmbio observável sem ajuste ou outra técnica de estimativa.

Além disso, o IASB realizou alterações importantes na IFRS 1 – Adoção inicial das normas internacionais de relatório financeiro para alinhar com a e fazer referência à IAS 21 revisada para fins de avaliação da conversibilidade.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, sendo permitida adoção antecipada. A Companhia não pode aplicar as alterações retrospectivamente e deve aplicar as disposições de transição específicas incluídas nas alterações.

A Companhia não espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações contábeis.

IFRS 18 – Apresentação e divulgações nas demonstrações contábeis

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis e introduziu novas exigências para:

- i)** apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado;
- ii)** apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações contábeis; e
- iii)** melhorarias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

A Companhia deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a Companhia aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

A Companhia espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações contábeis.

IFRS 7 e 9: Instrumentos financeiros

Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações aos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 e divulgação da IFRS 7. As alterações têm como objetivo:

- i)** esclarecer que um passivo financeiro é desconhecido na data de liquidação, ou seja, quando a obrigação relacionada é liquidada ou cancelada ou expira o passivo de outra forma que se qualifica para desconhecimento;
- ii)** introduzir uma opção de política contábil para desconhecer passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de pagamento eletrônico, antes da data de liquidação;
- iii)** esclarecer como avaliar as características contratuais do fluxo de caixa de ativos financeiros que incluem características ambientais, sociais e de governança e outras características contingentes semelhantes;
- iv)** esclarecer o tratamento de ativos sem recurso e instrumentos vinculados contratualmente;
- v)** exigir divulgações adicionais para ativos e passivos financeiros com termos contratuais que fazem referência a um evento contingente, incluindo aqueles que estão vinculados a ESG, e instrumentos patrimoniais classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia não espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações contábeis.

As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2. Estimativas e julgamentos contábeis

A Companhia faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

- Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Para ativos é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem:

(a) reduzindo o valor contábil alocado à unidade geradora de caixa; e **(b)** a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

A principal estimativa relacionada as demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

Nota explicativa 05 – estimativas sobre perdas de ativos fixos: principais premissas na determinação do valor recuperável de ativos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	20	19
Aplicações financeiras	577	736
Total	597	755

Em 2024 as aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário (CDB) – DI, com risco insignificante de perda de valor, junto ao Itaú, são remuneradas a taxas de mercado de 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (100,00% do CDI em 2023).

5. Investimentos

	31/12/2024	31/12/2023
Costa Rica Energética Ltda.	12.876	13.397
Costa Rica Energética Ltda – Mais-valia	44.789	49.268
Total	57.665	62.665

A participação de 51% na controlada em conjunto, Costa Rica Energética Ltda., foi adquirida em 06 de setembro de 2018. A Costa Rica tem por objeto a geração de energia elétrica de origem hidráulica como produtor independente de energia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Em 31 de dezembro de 2024, a Arenal apurou, por equivalência patrimonial, um decréscimo na ordem de R\$ 2.359 (acréscimo de R\$ 801 em 31 de dezembro de 2023).

	Costa Rica
Saldo em 31 de dezembro de 2022	66.466
(+ / -) Resultado com equivalência patrimonial	801
(+ / -) Resultado com distribuição desproporcional	878
(-) Dividendos recebidos	(5.480)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	62.665
(+ / -) Resultado com equivalência patrimonial	(2.359)
(+ / -) Resultado com distribuição desproporcional	(198)
(-) Dividendos recebidos	(2.443)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	57.665

b) O quadro a seguir apresenta o saldo de investimento a partir do patrimônio líquido das investidas em 31 de dezembro de 2024:

	31/12/2024					Total do investimento
	Participação (%)	Patrimônio líquido	Saldo de participação	Mais-valia	Tributos diferidos	
Costa Rica Energética Ltda.	51,00%	25.247	12.876	67.862	(23.073)	57.665
Total		25.247	12.876	67.862	(23.073)	57.665

	31/12/2023					Total do investimento
	Participação (%)	Patrimônio líquido	Saldo de participação	Mais-valia	Tributos diferidos	
Costa Rica Energética Ltda.	51,00%	26.269	13.397	74.648	(25.380)	62.665
Total		26.269	13.397	74.648	(25.380)	62.665

c) Os principais saldos das contas patrimoniais e resultados das controladas, estão apresentadas a seguir:

Empresa	Posição patrimonial controladas das investidas diretas						
	31 de dezembro de 2024						
	Participação (%)	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Valor do investimento	Resultado do MEP da investida direta
Costa Rica Energética Ltda.	51,00%	26.149	902	25.247	364	57.665	(2.359)
Total investimento		26.149	902	25.247	364	57.665	(2.359)

d) Os saldos do resultado do MEP da investida, estão compostos a seguir:

Resultado do MEP da investida direta	31/12/2024	31/12/2023
Equivalência patrimonial	2.120	5.280
Amortização mais valia	(6.786)	(6.786)
Imposto de renda e CSLL sobre mais-valia	2.307	2.307
Total	(2.359)	801

6. Fornecedores

O saldo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está assim demonstrado:

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de serviços e mercadorias	12	30
Total	12	30

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2024	31/12/2023
Em moeda nacional		
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	3.552	8.885
Total	3.552	8.885
Circulante	3.552	8.885
Não circulante	-	-

Movimentação de empréstimos e financiamentos durante os exercícios:

	31/12/2022	(+) Juros provisionados	Amortização	(-) Juros pagos	IOF	31/12/2023
CCB. Itaú	14.234	1.730	(5.384)	(1.793)	98	8.885

	31/12/2023	(+) Juros provisionados	Amortização	(-) Juros pagos	IOF	31/12/2024
CCB. Itaú	8.885	761	(5.369)	(824)	99	3.552

A contratação do empréstimo teve por objetivo a aquisição da participação na empresa Costa Rica Energética Ltda. Tem vencimento final no exercício de 2025 e encargos de 100% do CDI somados a taxa de juros prefixada de 4,21% ao ano.

O contrato contém cláusula contratual restritiva (“covenants”) que estabelece que a razão entre a dívida líquida e o EBTIDA deverá ser menor ou igual a 2,5x para 2022 e 2,0 para o período de 2023 até a liquidação do contrato, a ser apurado anualmente.

Adicionalmente o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), deverá ser maior que 1,2 até integral liquidação da dívida assumida junto ao banco, caso contrário, o empréstimo se torna imediatamente vencido, motivo pelo qual, os saldos estão sendo apresentados integralmente no circulante.

O contrato prevê como formas de garantia a Alienação Fiduciária de Ações, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Fiança em caso de descumprimento.

8. Obrigações tributárias

	31/12/2024	31/12/2023
Impostos federais sobre receita não faturada		
IRRF retido	-	1
Cofins a recolher	-	1
Tributos retidos na fonte	-	5
Total	-	7

9. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram reconhecidas de acordo com as condições acordadas entre as partes.

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante		
CEI - Energética Integrada Ltda. (i)	4.220	-
Total	4.357	-
Passivo circulante		
NEC Energia Participações S.A.	1.260	450
Total	1.260	450

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado		
NEC Energia Participações S.A. (ii)	919	832
Total	919	832

(i) A Companhia registrou, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, sob a rubrica de “Parte Relacionada a receber”, a importância de R\$ 4.220, concernente à prerrogativa atribuída à Companhia de ser ressarcida pela CEI Participações em Projetos de Energia Ltda. pelo valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) da condenação oriunda de sentença desfavorável proferida em certo procedimento arbitral de que a Companhia foi parte. Os efeitos de tal condenação encontram-se, na atualidade, suspensos em virtude de decisão judicial.

(ii) Os valores referem-se ao rateio de compartilhamento de custos e despesas do Centro de Serviços Compartilhados do Grupo NEC, para as empresas participantes do grupo econômico, conforme critérios definidos pela Administração.

10. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os administradores da Companhia renunciaram ao recebimento de remuneração contemplada nos atos constitutivos da Companhia ou, conforme aplicável, nos atos societários que registraram a sua correspondente eleição para os cargos atualmente ocupados.

11. Tributos diferidos

	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ diferido	9.637	9.637
CSLL diferido	3.469	3.469
Total	13.106	13.106

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

Em 02 de dezembro de 2024 ocorreu um aumento de capital no valor de R\$ 7.480. O capital social da Companhia é de R\$ 9.207, dividido em 8.065 (oito milhões, sessenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e três) ações, sendo:

(a) 7.970 (sete milhões, novecentos e setenta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e **(b)** 95.643 (noventa e cinco mil, seiscentas e quarenta e três) ações preferenciais resgatáveis denominadas PN, nominativas e sem valor nominal (“Ações preferenciais”).

Acionistas	Ações			%
	Preferenciais	Ordinárias	Total	
NEC Operações e Participações em Energia Ltda.	-	3.985.788	3.985.788	49,42%
Polaris Participações Ltda.	95.643	3.984.212	4.079.855	50,58%
Total	95.643	7.970.000	8.065.643	100,00%

12.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Não houve constituição de reserva legal em 2024 e 2023 por conta do prejuízo apurado nos exercícios.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.3 Reserva de Capital

Conforme AGEs, a Companhia realizou as seguintes movimentações na conta de Reserva de Capital:

Em 06 de setembro de 2018, foi constituída a conta com saldo de R\$ 8.500 (oito milhões e quinhentos mil reais), em 07 de janeiro de 2019, ocorreu a redução do saldo em R\$ 1.761 (um milhão, setecentos e sessenta e um mil e quinze reais) e 13 de março de 2019, foi realizado um aumento do saldo em R\$ 2.013 (dois milhões, treze mil, cento e quarenta reais). Essas alterações foram deliberadas nas respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias (AGE).

13. Despesas administrativas, comerciais e gerais

O saldo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está assim demonstrado:

	31/12/2024	31/12/2023
Rateio de despesas administrativas (i)	(919)	(832)
Serviços de terceiros	463	(9)
Utilidades e aluguéis administrativos	(14)	(225)
Outras	(2)	-
Total	(472)	(1.066)

(i) O rateio se refere ao compartilhamento de custos e despesas do centro de serviços compartilhado do Grupo NEC, conforme critérios definidos pela administração.

14. Outras receitas (despesas)

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos judiciais e condenações	-	(289)
Resultado de distribuição desproporcional	(198)	878
Outros	10	(13)
Total	(188)	576

15. Resultado financeiro líquido

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	31	214
Outras receitas financeiras	7	-
Total	38	214
Despesas financeiras		
IOF	(99)	(98)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(824)	(1.793)
Total	(923)	(1.891)
Resultado Financeiro, líquido	(885)	(1.677)

16. Instrumentos financeiros**16.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros**

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento em até 12 meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros		
Caixa e equivalente de caixa - Custo amortizado	597	755
Total	597	755
Passivos financeiros		
Fornecedores - Custo amortizado	12	30
Empréstimos e financiamentos - Custo amortizado	3.552	8.885
Total	3.564	8.915

16.2. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

i) Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados por ela, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos, de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia está exposta ao risco de crédito, derivado do curso normal de suas atividades operacionais, incluindo depósitos em instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos com caixas e equivalentes de caixa são administrados pela Tesouraria da Companhia de acordo com as regras de negócios e as políticas internas. Para mitigar riscos, os recursos excedentes são investidos, substancialmente, em aplicações financeiras de curto prazo e renda fixa, consideradas de baixo risco, nas principais instituições financeiras, previamente aprovadas pela diretoria.

iii) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, administrando assim os riscos de liquidez para a Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

17. Seguros**Seguro operacional**

Em 15 de dezembro de 2024, foram renovadas as coberturas de seguro para riscos operacionais definido pelo segurado e/ou ao Limite Máximo de Garantia da Apólice (LMG), nos termos das Condições Contratuais, o pagamento de indenização por prejuízos decorrentes dos riscos cobertos, causados a Prédios, Maquinas, Móveis e utensílios, Equipamentos, Mercadorias, Matérias-Primas e Estruturas Civis próprias e/ou de terceiros, inclusive bens de terceiros sob guarda e/ou custódia do segurado que façam parte do Valor em Risco Declarado das Centrais Geradoras., com vigência até 15 de dezembro de 2025, no montante limite de R\$ 50.000 para as empresas co-seguradas do grupo: **(i)** Brito Energética Ltda.; **(ii)** BEI – Brasil Energia Inteligente Ltda.; **(iii)** GESM – Geração de Energia Sul de Minas S.A.; **(iv)** Pacífico Mascarenhas Ltda.; **(v)** Costa Rica Energética Ltda.; **(vi)** CEI – Energética Integrada Ltda.; **(vii)** Areal Energias Renováveis Ltda.; **(viii)** Maynard Energética Ltda.; **(ix)** Rio Novo Energias Renováveis Ltda.; **(x)** Rio Preto Energias Renováveis Ltda.; e **(xi)** Tríade Energias Renováveis Ltda.

Seguro de responsabilidade civil

Em 29 de novembro de 2024, foram renovadas as coberturas de seguro para riscos de responsabilidade civil conforme as condições gerais, e em conformidade com as condições especiais e particulares convencionadas na apólice, assumindo o compromisso de garantir, até o limite máximo de indenização, ou, quando aplicável, até o sublimite, limite agregado, ou limite máximo de garantia, o pagamento das quantias devidas e/ou reembolsar as despendidas, pelo segurado, nas reparações de danos materiais e/ou pessoais e/ou morais e/ou estéticos causados involuntariamente a terceiros, incluindo os custos de defesa e as despesas de salvamento e de contenção de sinistro, contanto que satisfeitas a todas as seguintes circunstâncias: **(i)** que as reparações e despesas acima aludidas sejam consequentes de riscos cobertos por este seguro, ocorridos durante a sua vigência, dentro do âmbito geográfico vinculado a cobertura correspondente; **(ii)** que as reclamações dos terceiros prejudicados tenham sido formalizadas durante a vigência da apólice, ou durante os prazos prescricionais em vigor; **(iii)** que o valor das reparações haja sido fixado por sentença judicial transitada em julgado ou decisão arbitral irrecorrível, ou ainda, por acordo entre segurado e os terceiros prejudicados, com anuência prévia e expressa da Seguradora; **(iv)** que as despesas incorridas com salvamento e contenção de sinistro, sejam comprovadas, ou, na ausência de comprovantes, confirmadas por vistoria, avaliação ou perícia técnica da Seguradora e que decorram de riscos por ele cobertos com vigência até 29 de novembro de 2025 e montante limite de R\$ 9.000 para todas as empresas co-seguradas. **(i)** Brito Energética Ltda.; **(ii)** BEI – Brasil Energia Inteligente Ltda.; **(iii)** GESM – Geração de Energia Sul de Minas S.A.; **(iv)** Pacífico Mascarenhas Ltda.; **(v)** Costa Rica Energética Ltda.; **(vi)** CEI – Energética Integrada Ltda.; **(vii)** Areal Energias Renováveis Ltda.; **(viii)** Maynard Energética Ltda.; **(ix)** Energia Limpa Participações Ltda.; **(x)** Rio Novo Energias Renováveis Ltda.; **(xi)** Rio Preto Energias Renováveis Ltda.; **(xii)** Tríade Energias Renováveis Ltda.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelo nosso auditor independente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Eventos subsequentes

A Companhia adota procedimentos internos para identificação e, quando necessário, ajuste ou divulgação dos eventos subsequentes ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de aprovação pela diretoria.

A Companhia realizou a liquidação do empréstimo descrito na nota 7, no dia 21 de fevereiro de 2025. Com a quitação integral da dívida, todas as obrigações financeiras relacionadas ao empréstimo foram plenamente cumpridas.

Maria Tereza Diniz Carneiro

Maria Tereza Diniz Carneiro

Diretora

CPF: 013.460.826-77

Mauricio Aquino Halewicz

Mauricio Aquino Halewicz

Diretor

CPF: 694.701.200-78

Gisele Aparecida Rocha Nogueira

Gisele Aparecida Rocha Nogueira

Contadora

CRC-MG 115.330-O-6

CPF: 013.652.846-54

* * *